



# POLARIZAÇÃO SEVERA NO PÓS-JUNHO DE 2013: A EXPERIÊNCIA SOCIAL DOS MOVIMENTOS PASSE LIVRE E BRASIL LIVRE

SEVERE POLARIZATION IN POST-JUNE 2013: THE SOCIAL EXPERIENCE OF  
THE PASSE LIVRE AND BRASIL LIVRE MOVEMENTS

**Daniel Fassa Evangelista**

Doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, graduado em Jornalismo pela Universidade de São Paulo – USP, desenvolveu parte de sua pesquisa de doutorado na Universidade de Bordeaux (França) como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa de Doutorado-sanduiche no Exterior (PDSE). Antes do doutorado, fez pós-graduação em filosofia política no Instituto Universitário Sophia (Florença, Itália) e mestrado em Ciências Sociais na PUC-SP. Atualmente trabalha com gestão de projetos no terceiro setor.

## RESUMO

A polarização severa foi um dos principais traços do ciclo de protestos vivido no Brasil a partir de junho 2013. Neste artigo busca-se compreender suas raízes com base em entrevistas em profundidade com membros do Movimento Passe Livre, desencadeador das manifestações de junho de 2013, e do Movimento Brasil Livre, um dos protagonistas das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016. A análise é realizada por meio do aparato teórico-metodológico da “sociologia da experiência”, de François Dubet, com vistas a evidenciar a complexidade gerada pelas distintas lógicas de ação (integração, estratégia e subjetivação) com que operam atores em posições supostamente antagônicas. A comparação das entrevistas evidencia que os atores, não obstante divergências claras, têm em comum a insatisfação generalizada com o establishment político, mas são ambíguos quanto à legitimidade de seus adversários.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimentos sociais; polarização; direita; esquerda; junho de 2013.

## ABSTRACT

Severe polarization was one of the main features of the cycle of protests experienced by Brazil since June 2013. This article seeks to understand its roots based on in-depth interviews with members of the Passe Livre Movement, the trigger of the June 2013 demonstrations, and the Brasil Livre Movement, one of the protagonists of the demonstrations for the impeachment of Dilma Rousseff between 2015 and 2016. The analysis is carried out through the theoretical and methodological apparatus of the "sociology of experience", by François Dubet, in order to highlight the complexity generated by the different logics of action (integration, strategy and subjectivation) with which actors in supposedly antagonistic positions operate. The comparison of the interviews evidences that the actors, notwithstanding clear divergences, have in common a generalized dissatisfaction with the political establishment, but are ambiguous about the legitimacy of their opponents.

**KEYWORDS:** social movements; polarization; right; left; june 2013.

## Introdução

Desde que o Movimento Passe Livre (MPL) desencadeou o maior ciclo de protestos da história do país, iniciou-se um período de intensas crises e severa polarização, em que cidadãos e movimentos sociais passaram a se contrapor a partir da mobilização não raro maniqueísta de categorias como esquerda e direita<sup>1</sup>. O ponto culminante dessa dinâmica foi a agressividade da campanha eleitoral de 2018, que resultou na eleição de Jair Bolsonaro.

As manifestações de junho de 2013 foram protagonizadas por atores novos no cenário sociopolítico nacional: enquanto na Campanha pelas Diretas Já (1984) e no Fora Collor (1992) os partidos políticos desempenharam um imprescindível papel de articulação, em 2013 eles não apenas foram coadjuvantes, como também tornaram-se um dos alvos da insatisfação de boa parte dos manifestantes.

Criado oficialmente em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial, o MPL é uma organização de movimento social cujos métodos e princípios o distinguem de setores mais tradicionais da esquerda, embora se encontre, ainda assim, fortemente ancorado nesse campo do espectro político. Seu caráter autônomo, independente – não somente em relação a partidos, mas também ONGs, instituições religiosas e financeiras – horizontal e apartidário não implica, no entanto, o antipartidarismo que se fez presente nas ruas.

Tendo agido por uma pequena oportunidade política – o aumento da tarifa do transporte público –, o MPL viu seus protestos criarem uma grande oportunidade para que outros atores expusessem suas demandas. A rápida difusão, por meio das redes sociais, de frames (SNOW; BENFORD, 1992; TARROW, 1992) de indignação ante a violência policial – contrariando o discurso midiático inicial, que enfatizava o vandalismo – foi fundamental para que ocorresse essa amplificação (GOHN, 2014; TATAGIBA, 2014; CASTELLS, 2015).

---

<sup>1</sup> Trabalhamos neste artigo com a clássica distinção de Norberto Bobbio (1995).

Em meio à multiplicidade de manifestantes, não faltaram conflitos. Em particular na última manifestação da qual o MPL participou, no dia 20 de junho de 2013, logo após a conquista da revogação do aumento<sup>2</sup>. Naquele protesto, houve empurra-empurras e agressões a integrantes do PT, PSTU, PSOL e PCO, cujas bandeiras foram tomadas à força, rasgadas e queimadas. Embora abertamente crítico à postura desses partidos, o MPL tentou formar um cordão humano para garantir seu direito de manifestação. Sem sucesso.

Dentre as causas que invadiram as ruas, estava a corrupção, que há alguns anos voltara a figurar como um dos temas centrais da ação coletiva no país (ROCHA, 2018), impulsionada pelo impacto midiático do escândalo do Mensalão, que veio a público em 2005 e foi julgado pelo STF em 2012.

Um sintoma disso é que, em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha na manifestação do dia 20, Joaquim Barbosa, presidente do STF durante o julgamento daquele processo, aparecia com 30% das intenções de voto nas próximas eleições presidenciais<sup>3</sup>. Era um prenúncio da popularidade que seria conquistada pelo juiz Sérgio Moro, principal nome da Operação Lava Jato, alguns anos depois.

Não foi casual, portanto, a emergência de protestos contra a PEC 37 no seio das manifestações de junho de 2013, por iniciativa de atores alheios ao MPL. Se aprovada, a Proposta de Emenda Constitucional teria tirado o poder de investigação dos Ministérios Públicos federal e estaduais, o que fez com que ela se tornasse alvo frequente de manifestantes a partir de 13 de junho. No dia 22, um protesto específico contra a PEC reuniu cerca de 35 mil pessoas em São Paulo<sup>4</sup>. No dia 24, ela foi derrubada pelo Congresso, no embalo da “agenda

---

<sup>2</sup> Além de São Paulo, anunciaram a redução da tarifa, no dia 19/06/2013, as cidades de Cuiabá, Recife, João Pessoa, Caxias do Sul, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO (2013a).

<sup>4</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO (2013b).

positiva”<sup>5</sup> adotada pelo Executivo e pelas casas legislativas federais, numa tentativa de responder à “voz das ruas”.

Dentre os líderes dos protestos contra a PEC 37, emergiu Renan Santos, que fundaria, no ano seguinte, uma das organizações mais proeminentes nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff: o Movimento Brasil Livre (MBL). Em junho de 2013, o MBL nada mais era que um perfil no Facebook, criado com um nome provocativamente parecido com o do Movimento Passe Livre, para dar visibilidade a ideias ligadas ao liberalismo econômico. Seus criadores eram Fábio Ostermann, Juliano Torres e Anthony Ling, membros-fundadores da filial brasileira *Students for Liberty*, uma organização não governamental financiada por *think tanks* ultraliberais dos Estados Unidos (AMARAL, 2015).

Abandonado no final de 2013, o perfil só voltaria a ser utilizado em 2014, quando Ostermann o colocou à disposição de Renan Santos para que ele e os primeiros integrantes do então chamado Movimento Renovação Liberal organizassem manifestações contra a presidente reeleita.

A emergência de movimentos sociais de direita a partir de 2014 não foi, portanto, um raio em céu azul, como também não o fora o protagonismo do MPL em junho de 2013. A luta pelo passe livre nasce no caldo cultural dos movimentos alterglobalização do fim da década de 1990 e faz um longo percurso de mobilizações em diversas cidades brasileiras nos anos 2000 até explodir em 2013. O MBL deita suas raízes em uma “nova direita” (ROCHA, 2018) que se forma gradativamente no país, mais ou menos no mesmo período. Fundamentais nessa gênese foram as comunidades e os fóruns

---

<sup>5</sup> Dilma propôs o investimento de 50 bilhões em mobilidade urbana, a destinação dos recursos do petróleo para a educação, a contratação de médicos estrangeiros para ampliar a cobertura oferecida pelo SUS, a transformação da corrupção em crime hediondo e a realização de um plebiscito para convocação de assembleia constituinte exclusivamente dedicada à reforma política, ideia da qual acabou desistindo em seguida. Entre junho e agosto, Câmara e Senado aprovaram projeto de lei que destinava 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, bem como o Estatuto da Juventude, que tramitava havia 10 anos. Cf. DW (2013).

virtuais que se difundiram por meio do hoje extinto Orkut, desempenhando papel semelhante ao que as páginas do Centro de Mídia Independente tiveram para o MPL.

Toda essa efervescência social suscitou, nos últimos anos, vasta produção no campo das ciências sociais brasileiras. Por um lado, autores como Leonardo Avritzer, Luiz Eduardo Soares e Jessé de Souza, dentre outros, tomaram as manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos como ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre o Brasil contemporâneo. Por outro, no campo da sociologia dos movimentos sociais, pesquisadores como Maria da Glória Gohn (2013, 2014, 2016, 2017, 2018), Breno Bringel (2013, 2015a, 2015b, 2017, 2019), Geoffrey Pleyers (2018, 2020), Angela Alonso (2015, 2016, 2017) e Luciana Tatagiba (2014, 2017, 2019) têm investigado os atores, valores, repertórios e conflitos que emergiram desde então.

Em geral, esses estudos têm sido fundamentais para o gradativo acúmulo de conhecimento sobre essa nova direita que vai às ruas, mas são raras as análises que estabelecem comparações entre ela e os movimentos sociais de esquerda para compreender o atual acirramento da polarização. Uma relevante exceção nesse sentido é o trabalho de Pablo Ortellado e Márcio Moretto Ribeiro, do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPOPAL) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.

Ao analisar o padrão de interação de 12 milhões de brasileiros que curtiam as 500 páginas políticas mais relevantes no Facebook em 2016, os pesquisadores observaram que os usuários se fecharam em dois circuitos mutuamente excludentes, com poucas conexões entre si:

de um lado, todas as páginas dos partidos e políticos de esquerda, amalgamadas com as do feminismo, do movimento negro e do movimento LGBT, além das páginas das ONGs de direitos humanos; do outro lado, as páginas dos partidos e dos políticos de direita, amalgamadas com as do liberalismo econômico e do

conservadorismo moral. (ORTELLADO; MORETTO, 2018, p. 74)

Cada um desses dois polos representa a contraposição de duas narrativas antagônicas: a ideia de que o impeachment teria sido um golpe promovido por uma elite incomodada com a ascensão social de milhões de brasileiros, contraposta à tese de que o PT seria um partido essencialmente corrupto e populista que deveria ser extirpado da política nacional para que o Brasil pudesse superar a profunda crise político-econômica em que se encontrava<sup>6</sup>.

Nas eleições de 2018, essa clivagem se manifestou, por um lado, na derradeira demonstração de força do PT, que chegou ao segundo turno com uma campanha centrada no mote “Haddad é Lula”. De outro, o antipetismo expresso nas ruas nos anos anteriores viu no *outsider* Bolsonaro sua única chance de vencer, fazendo vista grossa ao seu passado de declarações autoritárias, violentas, misóginas e homofóbicas.

Este artigo busca somar-se a esses esforços, mas de uma outra perspectiva, com vistas a dar uma contribuição tão modesta quanto singular. Seu objeto não são as publicações de indivíduos e movimentos de esquerda e direita nas redes sociais, mas movimentos sociais que tiveram grande protagonismo no ciclo de protestos iniciado em 2013: o MPL e o MBL. Evidentemente, sua representatividade não é exaustiva, dada a complexidade dos campos contrapostos. Ainda assim, são movimentos relevantes para a compreensão do problema de pesquisa aqui proposto.

O foco não são os recursos mobilizados e a estrutura de oportunidades políticas relacionadas à ação coletiva, mas as raízes ideológicas e culturais da polarização severa (MCCOY; RAHMAN; SOMER, 2018), aqui entendida como

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, as novas tecnologias de comunicação têm se mostrado bem mais ambíguas do que poderiam inicialmente supor abordagens otimistas como as de Manuel Castells (2015) e Pierre Levy (2002) a respeito de seu potencial democratizante. Hoje, as redes sociais digitais figuram como espaço de fortes embates ideológicos.



o processo por meio do qual a diversidade político-ideológica passa a ser compreendida exclusivamente em termos de nós contra eles, num suposto jogo de soma zero. No Brasil, foi em meio a essa dinâmica relacional que Bolsonaro, um candidato com claras inclinações autoritárias e golpistas, chegou à presidência. Não se trata, porém, de atribuir aos movimentos escolhidos a responsabilidade pela polarização, mas de tratá-los como casos exemplares que ajudam a compreendê-la.

### Referencial teórico-metodológico

Para alcançar nossos objetivos, buscamos ir além das úteis perspectivas analíticas propostas pela Teoria da Mobilização de Recursos (MCCARTHY e ZALD, 1977), e pela Teoria do Processo Político (TILLY, 1978; TARROW, 1992; SNOW; BENFORD, 1992), hoje agrupadas na chamada *Contentious Politics* (TARROW, 2011), bem como pelo paradigma dos Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 1977, 1985, 1989; MELUCCI, 1985, 1988, 1989; OFFE, 1985).

Os movimentos sociais latino-americanos, em geral, e brasileiros, em particular, assim como os diversos movimentos sociais que emergiram em várias partes do globo a partir de 2008, demonstram que a ação coletiva posterior à década de 1960 não se organiza em torno de um princípio central, seja ele ligado a questões materiais, culturais ou identitárias.

Se, como afirma Alain Touraine, os movimentos sociais produzem a sociedade (TOURAINÉ, 1977), eles não são produtores que interpretam de maneira unívoca a normatividade intrínseca às democracias modernas. Assim como os atores que lhes dão vida, os movimentos mobilizam distintas lógicas de ação (DUBET, 1994), que não raro entram em conflito, na medida em que geram ações coletivas divergentes. Tais lógicas de ação são constitutivas da visão de mundo dos indivíduos e dos grupos sociais dos quais fazem parte. Elas exprimem suas interpretações sobre as condições materiais, a cultura, os valores e a estrutura de oportunidades políticas em que se inserem.





Por isso, adotamos neste artigo a perspectiva da *sociologia da experiência* (DUBET 1994, 2017), na medida em que ela permite colocar em evidência as lógicas de ação operadas por atores e movimentos sociais, partindo do pressuposto de que eles são “intelectuais” capazes de “reflexividade” (DUBET, 2017, p. 74).

Dubet define o conceito de “experiência social” como “a cristalização, mais ou menos estável, em indivíduos e grupos, de diferentes lógicas de ação, por vezes opostas, que os atores são obrigados a combinar e hierarquizar para se constituírem como sujeitos” (DUBET, 2017, p. 100-101, tradução nossa).

Partindo dessa definição, Dubet afirma ser possível distinguir três tipos puros de lógicas de ação, que funcionam tanto como definição de si e dos outros quanto como modos de articulação entre ator e sistema: integração social, estratégia e subjetivação.

A sociologia da experiência não implica no total abandono da ideia de que nossas condutas e nossos pensamentos procedem da interiorização de modelos culturais, normas, papéis e identidades que nos precedem. Com efeito, podemos afirmar que muitas de nossas ações refletem a lógica da integração social, sem no entanto serem completamente determinadas por elas. “A integração é mais que um estado, ela é também uma atividade pela qual cada um reconstrói constantemente essa integração objetiva que é também uma subjetividade pessoal” (DUBET, 2017, pp. 101-102, tradução nossa), afirma o autor, identificando essa lógica àquilo que Weber denominou ação tradicional.

No entanto há também, como evidenciou Weber, ações racionais, as quais Dubet classifica como “estratégicas”. “As organizações sociais não são apenas sistemas de papéis e *status*, mas também sistemas de competição mais ou menos regulamentados nos quais os atores se esforçam para otimizar seus recursos” (ibid., p. 102). Aqui estão em jogo os interesses, as oportunidades e a mobilização de recursos para alcançá-los.

Dessa perspectiva, a sociedade é vista como um mercado em que se disputam não apenas recursos materiais, mas também poder, legitimidade, influência. Não se trata, alerta o autor, de reduzir essa dimensão a um utilitarismo que nega a possibilidade de ações racionais com base em valores, por exemplo, mas de reconhecer que as ações individuais também obedecem a esse tipo de lógica estratégica e interessada. Há que se observar, ainda, que as escolhas feitas segundo essa lógica se dão em condições predeterminadas e desiguais, segundo a posição ocupada pelos atores nos diversos “mercados”.

Por fim, a lógica da subjetivação entra no quadro proposto por Dubet para dar conta das inúmeras situações em que nem a integração nem a estratégia explicam as ações individuais, mas, sim, a reflexividade, a distância de si, a atividade crítica, o desejo de autodeterminação.

Deste ponto de vista, a cultura não é apenas um conjunto de códigos e valores, ela é também uma definição de si mesmo como sujeito e toda atividade crítica só pode apelar a ela e aos princípios que ela estabelece como não sociais: a liberdade, a autonomia, a liberdade de consciência. Quando assumimos este ponto de vista, a sociedade não se reduz nem a um sistema de integração nem a um sistema de competição mais ou menos apaziguado através de contratos, ela é percebida como um sistema de dominação que se opõe à autorrealização dos atores: falamos então de alienação, de reificação, de ausência de reconhecimento, assim como de cortes entre o ator e o sistema [...] Mas não é porque as coisas são vividas como absolutamente singulares que eles realmente são, mesmo que, hoje, a aspiração a um reconhecimento de minha singularidade e minha autonomia esteja na base de uma lógica de subjetivação que geralmente só é vista de forma negativa no sofrimento, no sentimento de desprezo, no desprendimento ou na revolta. O ator social nunca é um sujeito “real”, mas é definido por seu desejo de ser o sujeito de sua vida, embora nunca tenha sucesso total. [...] É por isso que é mais razoável falar de subjetivação do

que de sujeito, porque se evoca uma tensão mais do que um ser já aí. (DUBET, 2017, p. 105)

Esse arcabouço teórico-metodológico foi desenvolvido pelo sociólogo francês François Dubet de maneira intrinsecamente relacionada à intervenção sociológica de Alain Touraine. No cerne dessa prática de pesquisa encontra-se o pressuposto de que o diálogo com os entrevistados é fundamental para a validação da análise sociológica.

Pode-se objetar que tal abordagem ignora os condicionamentos sociais, políticos e econômicos que, se não eliminam, criam obstáculos a esse exercício de reflexividade. No entanto, ao lançar luz sobre as distintas lógicas de ação da vida social, a sociologia da experiência busca justamente evidenciar a relação intrínseca entre o individual e o coletivo, que se condicionam reciprocamente.

Como outrora afirmou José de Souza Martins (2013) ao defender abordagens qualitativas como esta, trata-se do exercício de “artesanato intelectual” sobre o qual falava C. W. Mills (2000), que “pede mais respeito do que o habitual pelas pessoas com as quais conversamos para obter os dados necessários a nossas análises e interpretações” (MARTINS, 2013, p. 26).

Procura-se, portanto, lançar luz sobre a maneira como os indivíduos vivenciam e interpretam a polarização, segundo as lógicas da integração, da estratégia e da subjetivação. A pesquisa de doutorado que deu origem a este artigo também incluiu questões relacionadas àqueles que assumimos como princípios constitutivos da normatividade democrática – liberdade, igualdade e fraternidade (FASSA EVANGELISTA, 2020). No entanto, dada a limitação de espaço, eles não serão discutidos aqui.

Ainda que não tenha sido possível aplicar a intervenção sociológica ao longo da pesquisa, uma vez que demandaria a realização de entrevistas em grupo para as quais não dispúnhamos de tempo e recursos, foi com base nessa aposta na reflexividade dos atores e na discussão de nossos pressupostos

teóricos com eles que as entrevistas em profundidade foram conduzidas e sistematizadas, como se poderá verificar a seguir.

Foram entrevistados membros do Movimento Passe Livre (MPL) e do Movimento Brasil Livre (MBL) de São Paulo e do Rio de Janeiro. A escolha das duas cidades foi ao mesmo tempo intencional e contingente. Intencional porque, inicialmente, tentou-se contato, via e-mail e página oficial do Facebook, apenas com ativistas paulistanos, uma vez que a sede nacional do MBL fica na capital paulista e o MPL de São Paulo tem um histórico mais longo e constante de militância (o MPL carioca nasceu durante as manifestações de junho de 2013 e não teve nelas o mesmo protagonismo de seu homólogo paulistano).

Contingente porque apenas o MPL de São Paulo respondeu positivamente às solicitações, o que nos obrigou a buscar potenciais entrevistados do MBL no Rio de Janeiro e região metropolitana, onde diversos núcleos vinham se estabelecendo nos últimos anos.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas. Na primeira, entre agosto e setembro de 2018 (portanto durante o período de campanha eleitoral anterior ao pleito que levaria Bolsonaro à presidência)<sup>7</sup>, foram entrevistadas, por meio de videochamadas, nove pessoas. Cinco são membros do Movimento Passe Livre (MPL), quatro de São Paulo e um do Rio de Janeiro. Os outros quatro integram o Movimento Brasil Livre (MBL), três da região metropolitana do Rio de Janeiro e um de São Paulo.

A segunda etapa foi realizada após meu retorno de um estágio de pesquisa na Universidade de Bordeaux. O intuito foi tentar obter, no Brasil, um número mais próximo das 22 entrevistas que haviam sido realizadas na França (cujos resultados serão apresentados em outro artigo). Ao buscar estabelecer novo contato com os movimentos, tomamos conhecimento do V

<sup>7</sup> Com exceção de um entrevistado do MPL-RJ, com quem só consegui conversar em novembro daquele ano, por videochamada.

Congresso Nacional do MBL, que seria realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de novembro de 2019 (momento em que Bolsonaro estava próximo de completar um ano na presidência). Tendo conseguido autorização para participar do evento como observador, entrevistei mais seis membros da capital e região metropolitana. Por outro lado, no contato com o Movimento Passe Livre paulistano, fui informado de que novas entrevistas não seriam concedidas, porque eles consideravam que as anteriores eram suficientemente representativas do movimento.

Do total de 15 entrevistas realizadas no Brasil, três foram descartadas: uma por não ter sido concluída (a entrevistada precisou interrompê-la por conta de compromissos no congresso) e outras duas em decorrência do desligamento de dois membros do MBL fluminense, que optaram por desautorizar o uso das informações concedidas. Todos os demais entrevistados mantiveram o compromisso firmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sob condição de anonimato.

As entrevistas foram realizadas em torno dos seguintes eixos temáticos: informações básicas/biográficas (idade, gênero, profissão etc.); narrativa e interpretação pessoal sobre as próprias ações coletivas e aquelas promovidas por seus adversários, com especial atenção para junho de 2013 e os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff; descrição dos valores e causas que motivam o entrevistado e o movimento do qual faz parte a se mobilizarem; reflexão sobre o cenário de polarização; avaliação sobre a contribuição de seus adversários à democracia no Brasil; reflexão sobre a possibilidade de diálogo e convivência democrática com adversários, em particular aqueles que se encontram no lado oposto do espectro político; explicitação da própria compreensão sobre os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade e sua relação (ou não) com o projeto político defendido pelo movimento<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Este último tópico não será abordado neste artigo pelas razões acima explicitadas.



As falas dos entrevistados são apresentadas sempre acompanhadas de seu nome fictício, idade (no momento da entrevista), movimento de que fazem parte e mês/ano de realização da entrevista. No caso daquelas realizadas a distância, há a indicação “videochamada”. Nas presenciais, constam apenas as demais informações. Procuramos manter, na transcrição, os traços de oralidade dos depoimentos.

A análise a seguir articula-se em torno das categorias propostas por Dubet em sua sociologia da experiência, quais sejam, subjetivação, estratégia e integração social, com base em uma perspectiva comparada, ou seja, por meio da identificação dos pontos comuns e divergentes nos discursos e narrativas de membros do MPL e do MBL. Os atores são autoconscientes porque são movidos por estratégias nos mercados de oportunidades em que transitam, mas também por sua cultura, seus valores, sua ética. Pertencimento, interesse e cultura são então dimensões igualmente importantes da ação do sujeito que, como afirma Taylor (2005), busca preservar seu direito à autenticidade.

### A experiência da polarização: MPL e MBL

São Paulo, 17 de junho de 2013: milhares de manifestantes ocupam a Ponte Estaiada Octávio Frias de Oliveira, cartão-postal da capital paulista. As manifestações iniciadas onze dias antes começam a se difundir por todo o país, atraindo a participação de um público muito mais amplo que os madrugadores<sup>9</sup> do Movimento Passe Livre. “A gente atravessou a pé uma ponte que custou 1,2 bilhão de reais e é voltada só para carros, o símbolo da cidade dos negócios, então foi um supermomento de quebra da normalidade”,

---

<sup>9</sup> Tradução da expressão *early risers*, utilizada por Tarrow (2011) para designar os atores que desempenham papel preponderante no desencadeamento de um ciclo de protestos, estimulando outros a aderirem à ação coletiva contenciosa.

rememora Priscila<sup>10</sup>, 24, militante do Passe Livre, em entrevista concedida a este pesquisador.

O embrião do movimento autonomista que deixaria perplexa a esquerda tradicional já estava presente na chamada Revolta do Buzu, ocorrida em Salvador (BA), em agosto de 2003. Durante três semanas, milhares de soteropolitanos protestaram contra o aumento de R\$ 1,30 para R\$ 1,50 na tarifa do transporte público. Segundo os organizadores, a mobilização só teve êxito porque o movimento estudantil, aparelhado por grupos partidários, assumiu as negociações com a prefeitura e abriu mão da redução da tarifa, em troca de outras concessões.

Em junho de 2004, foi a vez de Florianópolis (SC) ser palco de manifestações contra um aumento tarifário, dessa vez bem-sucedidas, graças a uma complexa articulação política que culminou em uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC). Quando, em maio do ano seguinte, o novo prefeito tentou outro reajuste, foram mais quatro semanas de protestos, com forte repressão policial e, mais uma vez, conquista da revogação do aumento, após tensas negociações que envolveram até o arcebispo local.

As vitórias na Bahia e em Santa Catarina estimularam a organização de uma plenária nacional que ficaria marcada como o momento de fundação do Movimento Passe Livre. Realizada em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial, ela reuniu jovens trotskistas dissidentes de organizações tradicionais de esquerda, ativistas de movimentos antiglobalização, como os membros do Centro de Mídia Independente (CMI), e grupos de oposição às direções de entidades estudantis, que, no entanto, acabaram abandonando a plenária por não concordarem com seus rumos.

Como revelou uma entrevistada que participou desse momento de fundação, para além de seu simbolismo, o Fórum Social Mundial (FSM) era a

---

<sup>10</sup> Nome fictício, assim como o de todos os demais entrevistados, com exceção do vereador paulistano Fernando Holiday, que preferiu que sua identidade fosse revelada.

ocasião perfeita para a fundação de um movimento desprovido de recursos financeiros. Ônibus gratuitos partiram do país inteiro em direção ao evento, o que facilitou o deslocamento dos militantes autonomistas. Ela também ressaltou a importância da infraestrutura de comunicação digital oferecida pelo CMI. Antecipando a lógica dos blogs e redes sociais digitais, sua página na internet rompia a lógica dos *mass-media*, possibilitava publicações de múltiplos usuários e, dessa forma, servia à divulgação de muitas das manifestações do MPL.

Os princípios assumidos como norteadores do movimento naquela plenária de 2005 foram autonomia, independência em relação a partidos, ONGs, instituições religiosas e financeiras, horizontalidade e apartidarismo (que não significa antipartidarismo). Em 2006, durante o terceiro Encontro Nacional pelo Passe Livre – o primeiro ocorrera em Florianópolis, em 2004, e o segundo em Campinas, em 2005 – o MPL elegeu o federalismo como princípio organizacional, com o objetivo de garantir a autonomia das lutas locais.

Desde então, a mudança mais significativa foi a transição da luta pelo passe livre estudantil para a reivindicação da tarifa zero para toda a população, inspirada no projeto piloto desenvolvido no bairro Cidade Tiradentes, em São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992). A ideia, desenvolvida pelo então secretário municipal de transportes Lúcio Gregori, era estender a tarifa zero a toda a cidade, por meio da criação de um Fundo de Transportes que seria financiado pela cobrança progressiva do IPTU, ou seja, os moradores pagariam uma taxa proporcional a sua renda.

Ao longo da primeira década do século XX, quase todas as capitais do país, além de cidades grandes e médias, tiveram manifestações juvenis relacionadas ao transporte, embora nem sempre lideradas pelo MPL. Desde 2010, estudantes do Distrito Federal têm direito ao passe livre. Para os militantes do Passe Livre, portanto, junho de 2013 não foi uma surpresa, mas o ponto culminante de uma luta que também não se encerrou ali.



São Paulo, 15 de novembro de 2019: a poucos metros da ponte ocupada seis anos e cinco meses antes em nome do aprofundamento e efetivação de direitos de cidadania, o imponente World Trade Center de São Paulo abriga o 5º Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre. André Marinho, jovem celebridade do programa *Pânico no Rádio*, dá início ao evento com ares de superprodução. Videoclipe, luzes coloridas, música eletrizante, muitas piadas e imitações divertem uma plateia de aproximadamente mil adeptos<sup>11</sup> provenientes de todo o Brasil.

Filho de Paulo Marinho – personagem fundamental na campanha presidencial de Jair Bolsonaro que posteriormente acabou se voltando contra o presidente<sup>12</sup> – o jovem humorista aproveita aquela manhã de 15 de novembro para fazer um apelo ao “republicanismo” dos presentes. Conclamando a plateia a ajudar a salvar o Brasil de um “sectarismo histórico”, ele chama ao palco os coordenadores do chamado “MBL 3.0”. Renan Santos, cofundador do movimento, explica em seu discurso de abertura: é hora de fazer um *mea-culpa* e ajustar o tom:

O que é o MBL 3.0? Nós como movimento fizemos um *mea-culpa* e dissemos: nós ajudamos a criar esse espetáculo que incentiva gente, como, por exemplo, Daniel Silveira, a quebrar a placa da Mariele e ser eleito deputado federal baseado nisso; nós temos culpa no cartório, porque na nossa luta, que era uma luta assimétrica contra a esquerda, nós transformamos política em espetáculo e um monte de vagabundo veio a reboque pra fazer a mesma coisa e se eleger sem responsabilidade nenhuma no processo. O quê? O MBL assume? É, fizemos essa *mea-culpa*, sim. E ela foi

<sup>11</sup> Número estimado por mim com base na ocupação das cerca de 950 cadeiras disponíveis no espaço. Em alguns momentos do evento, praticamente todas elas estiveram ocupadas.

<sup>12</sup> Cf. UOL (2020). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/17/quem-e-paulo-marinho-ex-aliado-dos-bolsonaros-que-quer-ser-prefeito-do-rio.htm>. Acesso em: 4 ago. 2020.

necessária. Porque a gente tem que expor que há algo muito doente na política. Porque técnicas que a gente desenvolveu passaram a ser usadas como fim em si mesmo, ou seja, a gente usava uma técnica de espetacularizar a política, fazer memes e tal, pra pressionar político. De repente um malandro descobre que se ele fizer só isso, sem entregar resultado, ele pode se eleger, ele pode ganhar dinheiro. E aí você transforma isso num fim em si mesmo. (Renan Santos, MBL, 5º Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre, novembro 2019)

O discurso de Santos seria inimaginável em 2014, quando o MBL começou a ganhar projeção nacional ao se tornar um dos principais líderes das manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), logo após sua reeleição no acirrado segundo turno disputado contra Aécio Neves (PSDB).

Como o próprio Renan Santos revela em livro sobre a história do MBL (KATAGUIRI; SANTOS, 2019), a polarização com a esquerda e, em particular, com o PT, somada à ridicularização de adversários por meio da “zoeira” nerd/adolescente<sup>13</sup>, era a estratégia da startup fundada no início de 2014 na capital paulista, reunindo, além dele, seu irmão Alexandre, que trouxe consigo Frederico Rauh e Gabriel Calamari, com quem estava montando uma produtora de vídeos, e o músico Pedro D’Eyrot, com seu parceiro de banda Rodrigo Gorky.

“Não tínhamos a menor ideia de como poderíamos bancar a atividade da startup – se assim podemos dizer – ali instalada” (KATAGUIRI, SANTOS, 2019, p. 73), afirma Santos, que trazia para a iniciativa um ímpeto de militância renovado. Após anos de distanciamento do ativismo político, com o qual se decepcionara durante a faculdade de Direito na USP, ele havia

<sup>13</sup> A estratégia foi influenciada pela obra “Acredite, estou mentindo”, do relações públicas norte-americano Ryan Holiday, apresentado à turma por Pedro D’Eyrot após sua turnê internacional com a banda Bonde do Rolê.

participado ativamente das manifestações de junho de 2013, mas não em nome do passe livre: seu foco era a luta contra a PEC 37, da qual se tornara um dos principais líderes.

Ali conhecera Marcelo Faria, que havia criado a página Povo Brasileiro no Facebook e viria a fundar, em 2014, o Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP). “Sua rede social oferecia uma primeira experiência de crítica política viralizante sob a lente do pensamento liberal. Aprendíamos à época como evangelizar o público revoltado com o petismo por meio da sagrada palavra do livre mercado” (KATAGUIRI, SANTOS, 2019, p. 44). Com base nessa experiência de militância virtual, surgiu o movimento Renova Vinhedo, em que Santos assumiu a dianteira de um grupo de funcionários públicos, pequenos empresários e advogados insatisfeitos com a classe política local.

Adotando como estratégia uma postura combativa aos partidos de esquerda da cidade, em particular o PSOL, que se destacava como oposição na Câmara municipal, o movimento rapidamente ganhou projeção, sobretudo devido à atuação nas redes sociais digitais e passou a ser replicado em cidades vizinhas como Valinhos, Itatiba e Jundiaí.

Por intermédio de Rubens Nunes, advogado e parceiro de Santos na fundação do Renova Vinhedo, a startup paulistana obteve a primeira oportunidade de trabalho: produzir a campanha do candidato a deputado estadual Paulo Batista (PRP-SP).

Com poucos recursos financeiros disponíveis, a equipe apostou na realização de videomontagens em que o político de Valinhos-SP era retratado como um super-herói ultraliberal cujo “raio privatizador” destruía comunistas e transformava pobreza em progresso. Ele não foi eleito, mas a campanha viralizou<sup>14</sup> e chamou a atenção da nova direita brasileira (ROCHA, 2018).

---

<sup>14</sup> Termo muito utilizado no universo das redes sociais digitais para designar a rápida e ampla difusão de determinados conteúdos. Não está presente em todos os dicionários de língua portuguesa, mas é

Originalmente, o MBL era, como vimos, uma página no Facebook a serviço da articulação dos militantes ultraliberais em junho de 2013. Após alcançar cerca de 20 mil seguidores, a página acabou perdendo força, porque Ostermann passou a dedicar-se à campanha do amigo Marcel Van Hattem a deputado estadual no Rio Grande do Sul, e Torres priorizou o trabalho na organização Estudantes pela Liberdade.

Abandonado no final de 2013, o perfil na rede social só voltaria a ser utilizado em 2014, quando Ostermann o disponibilizou a Renan Santos, que conhecera por conta da campanha de Paulo Batista. Àquela altura, Kim Kataguirí já havia sido incorporado ao grupo, graças à fama alcançada pela defesa inflamada do liberalismo em vídeos publicados no YouTube. Sua missão seria auxiliar a equipe na produção de vídeos contra Dilma Rousseff a pedido de Xico Graziano, responsável pela campanha on-line de Aécio Neves, que disputava com ela o segundo turno.

Inconformados com a reeleição da petista não obstante todos os esforços, eles começaram a se mobilizar pelo impeachment. Logo após a confirmação do resultado, Alexandre Santos criou, por meio do perfil de Paulo Batista, o evento “Ou Dilma cai ou São Paulo para”, convocando manifestações para dali a seis dias. Mais de 200 mil pessoas confirmaram presença, mas apenas cerca de 3 mil compareceram (MARTÍN, 2014), entre as quais integrantes do #VemPraRua, que havia apoiado Aécio, e do Revoltados Online, defensor da intervenção militar.

Nesse cenário, em busca de uma identidade que lhes permitisse posicionar-se com clareza – a favor do impeachment, mas contra a intervenção –, o grupo assumiu a denominação Movimento Brasil Livre e passou a utilizar a página criada por Ostermann no ano anterior para realizar

---

possível encontrar na versão on-line do dicionário Houaiss a seguinte definição: “espalhar-se como um vírus (p.ex., na internet); tornar-se viral”. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 4 ago. 2020.

novas convocações. A segunda manifestação, convocada para o dia 15 de novembro, reuniu cerca de 10 mil pessoas, e a terceira, no dia 6 de dezembro, 2 mil. Em janeiro de 2015, novamente graças a vídeos antiesquerda que viralizavam nas redes, Fernando Holiday passou a fazer parte do MBL, tornando-se, ao lado de Kataguirí, uma das faces mais conhecidas do movimento.

Desde então, o MBL se difundiu por meio de núcleos espalhados por todo o país e tornou-se um dos principais articuladores da campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, em manifestações que levaram milhões às ruas entre 2015 e 2016.

MBL e MPL expressam, portanto, processos de transformação à direita e à esquerda do espectro político. Eles não podem ser apontados como a causa da polarização extrema atual, mas certamente se relacionam com ela, na medida em que se mobilizam em torno de pontos de vista divergentes.

## Subjetivação

Solicitar que membros de movimentos sociais diferentes discorressem sobre os motivos pelos quais decidiram engajar-se mostrou-se um modo muito simples e eficaz de, por um lado, lançar luz sobre a singularidade de suas experiências individuais e, por outro, identificar pontos em comum que ajudam a desfazer pré-noções quanto a um ou outro movimento. Para Larissa<sup>15</sup> (MPL-SP), 29, “qualquer pessoa que dedica um tempo que não é pra trabalho, que é uma coisa voluntária pra fazer alguma mudança, acho que sente um desconforto muito grande [...] de ver muita gente que não tem nada”.

O autonomismo do Passe Livre foi o caminho escolhido por ela para combater o sabor amargo da injustiça testemunhada cotidianamente: “eu vou lá e compro meu pão, vou comer meu pão em casa e penso, caralho, que merda

---

<sup>15</sup> Este e todos os nomes utilizados ao longo da tese são fictícios, para garantir o anonimato dos entrevistados, estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



[...], as coisas não têm o mesmo sabor que elas teriam se você ficasse tranquilo, [sabendo que] todo mundo pode ter mais ou menos uma coisinha decente” (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

Embora opte por métodos diferentes, João (MBL-RJ), 33, tem propósitos semelhantes. Após oito anos de trabalho como técnico em enfermagem na iniciativa privada, ele conquistou a sonhada vaga como servidor público em um hospital de sua cidade. Lá retomou a militância que havia experimentado em grêmios estudantis na adolescência, ingressando no movimento sindical. Durante uma greve, a experiência de ver uma idosa ir embora do hospital sem ser atendida em uma consulta marcada havia meses representou uma grande decepção e tornou-se um divisor de águas para João:

Eu fiquei pensando: cara, tipo, eu tô aqui, com o salário na conta, os benefícios, não vou ser nem penalizado pelo fato de não estar trabalhando. Eu não tô prejudicando a Dilma. Quem eu tô prejudicando? Tô prejudicando uma pessoa, que mora lá em Campo Grande, demorou dois meses pra marcar uma consulta. E aí eu comecei a ver, pô, eu tô sendo usado. [...] Eu não sou um servidor público, eu tô me servindo do público. (João, MBL-RJ), 33, videochamada, agosto 2018)

Além da inconformidade com as injustiças sociais, João compartilha com Larissa (MPL-SP), 29, uma experiência negativa com a esquerda tradicional. No caso dele, isso levou a uma mudança ideológica radical; no caso dela, à adesão a uma esquerda alternativa, de raízes anarquistas, que critica a esquerda tradicional sem negá-la. Esses dois tipos de reação ao desgaste da esquerda tradicional já estavam evidentes em junho de 2013, quando manifestantes rasgavam bandeiras vermelhas e tentavam expulsar ativistas partidários, enquanto membros do Movimento Passe Livre tentavam garantir sua participação nos atos, ainda que divergissem de muitos deles, como relata Larissa:

A gente fez uma reunião com mais de cem pessoas, uma reunião que foi chamada em menos de 12 horas a gente conseguiu reunir mais de cem pessoas, tinha até gente do PT, gente de rádio comunitária, de movimento social, todo mundo que você imagina, e a gente tava falando, gente, essa coisa aí da progressão de pauta, pô, da galera da direita ir nas manifestações, cara, vamos se diluir nos atos, não vamos fazer um bloco... assim, o lance é que essas outras esquerdas se colocam como alienígenas mesmo. Vão todos juntos, cada um com duas bandeiras na mão, então... Não, cara, você é normal, as pessoas vão olhar pra você e falar, nossa, fulano, legal, gente como a gente. Não. Fizeram tudo ao contrário. (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018)

Para Larissa, cujo histórico de militância coincide com o nascimento do MPL no início dos anos 2000, o movimento tem origem justamente nessa insatisfação<sup>16</sup>, que explode e ganha outras colorações a partir de junho de 2013.

A gente surge com um cansaço muito grande, e eu acho que a revolta do Buzu foi muito emblemática nesse sentido, porque o que os partidos, as juventudes de partido, que os sindicatos estavam fazendo, as centrais estudantis estavam fazendo, não tinha nada a ver com o cotidiano que era vivido pela galera mais revoltada mesmo, que tava na base, nas escolas e tal." [...] Na Revolta do Buzu, os caras rodam com isso, né, porque várias entidades se desmobilizam, fazem um trabalho de desmobilizar, começo do governo Lula, ninguém pode falar mal do PT, aquela coisa. [...] O que a esquerda tradicional precisa aprender com 2013, e que eu acho que

---

<sup>16</sup> Vale ressaltar, no entanto, que as dissidências dentro da própria esquerda não são uma novidade. Como evidencia Motta (2000, p. 34), nos anos 1920 comunistas e anarquistas travaram forte embate pelo controle do movimento sindical. Apesar disso, prossegue o historiador, nunca deixou de haver cooperação entre a esquerda anticomunista e os comunistas, uma vez que compartilhavam o projeto de combate à pobreza no país. Exemplo disso é o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que nasce na década de 1940 como organização anticomunista e alia-se ao Partido Comunista Brasileiro na década de 1960.



não aprendeu, pelo contrário, só negou, sobretudo o PT, é que as pessoas têm cérebro, as pessoas não gostam de ser massa de manobra. (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018)

A afirmação de que as pessoas têm cérebro e não querem ser massa de manobra é uma expressão eloquente do processo de subjetivação teorizado por Dubet e constitui, como evidenciam as duas experiências supracitadas, o fundamento da militância tanto no Movimento Passe Livre quanto no Movimento Brasil Livre. É, antes de tudo, em nome de sua liberdade e de sua autonomia que os diferentes militantes entrevistados se engajam, questionam o *status quo* e lutam por ideais com os quais se identificam pessoalmente.

Egídio (MPL-SP), 43, respirou desde criança a militância petista dentro de casa. Na adolescência, foi filiado pelo pai ao Partido dos Trabalhadores (do qual se desligaria alguns anos depois), participou do movimento estudantil e das manifestações pelo impeachment de Fernando Collor. Já nos anos 2000, participou de algumas reuniões de fundação do PSOL em São Paulo e, por meio de um fórum on-line que reunia integrantes de diversos movimentos e partidos de esquerda para discutir políticas públicas, conheceu o Movimento Passe Livre. Ele também milita por indignação com as injustiças sociais e tem uma postura crítica em relação à esquerda tradicional.

Pra você ter uma ideia, logo depois de 2013 [...] a gente foi chamado pra uma atividade do PSOL, por exemplo, que ia discutir transporte. Daí foi o MPL, foi o presidente do sindicato dos metroviários, que é do PSTU, e o Lúcio Gregori, da tarifa zero, que foi convidado. E a gente chegou lá, tal, eu tenho um relacionamento muito bom com o Lúcio, a gente ficou conversando. Quando a reunião começou, era uma atividade de campanha da Luciana Genro, cara. [...] E aí nesse dia eu fiquei puto, né, falei, cara, vocês não entenderam nada, vocês estão perdendo a maior chance de organizar as pessoas, de criar discussão, né, de fazer as pessoas discutirem



política de outra forma, tal, e vocês estão pensando em eleição. (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018)

O esgotamento desse tipo de abordagem, somado à multiplicidade de reivindicações das manifestações de junho de 2013, proporcionou uma intensa diversificação de identidades políticas individuais e coletivas mais diversificadas. A experiência de Joaquim (MBL-SP), 22, que tinha apenas 17 anos em 2013, é um exemplo disso.

Eu nunca tive um grande interesse por política ao longo da minha adolescência, que foi quando o Movimento [Brasil Livre] começou a se formar. Então ali, nos protestos de 2013 mais especialmente, eu começo a formar algum tipo de interesse por política e é ali onde os principais líderes, aqueles que seriam os principais líderes do movimento, começam a surgir de forma esparsa, ainda não se conheciam, mas vão surgir em diferentes pontos do país.

Alavancado pelas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016, que ajudou a convocar, o MBL rapidamente ganhou grande projeção e adesão nas redes sociais digitais.

Eu acho que o grande mérito do movimento, e de outros movimentos da direita que surgiram ao longo desse tempo, foi juntar pessoas que se sentiam solitárias nos seus meios. Ao longo do meu ensino médio, eu discuti muito com meus professores quanto às cotas raciais. Era algo que eu não tinha um conhecimento técnico, teórico, muito grande, mas que me incomodava naturalmente, o fato de ser selecionado ou de ter um processo seletivo diferente por conta da cor da minha pele ou de conseguir um bônus por conta disso etc. Eu não engolia isso, não me descia direito. E aí eu comecei a discutir com os professores e um professor, especialmente, eu lembro que era um professor de língua portuguesa, filiado inclusive ao PT, ele tinha um posicionamento divergente do meu, mas ele me incentivou muito a pesquisar argumentos pra fortalecer a minha tese. E ele ia

incentivando essa discussão cada vez mais. E pela internet eu fui encontrando autores que concordavam comigo, Thomas Sowell especialmente, no livro *Ação afirmativa pelo mundo*, encontrei colonistas, né, de grandes veículos de comunicação que concordavam comigo aqui no Brasil, Rodrigo Constantino<sup>17</sup>, Reinaldo Azevedo<sup>18</sup>, mas ao meu redor não tinha ninguém, né? [...] E no Movimento Brasil Livre eu consegui enxergar a união daquilo que eu achava que era a minoria de pessoas com ideais liberais, outros com ideais conservadores, que se entendiam de direita e que tinham posicionamentos muito semelhantes aos meus. (Joaquim, MBL-SP, 22 ago. 2018)

A fala de Joaquim, um jovem negro, chama atenção para outro aspecto fundamental do processo de subjetivação: a centralidade de questões identitárias nos movimentos sociais pós-década de 1960 – muito bem evidenciada pelo paradigma dos novos movimentos sociais – não deve fazer crer que elas se manifestem de maneira unívoca; afrodescendentes, LGBT, mulheres, dentre outros segmentos sociais experimentam de maneira distinta o peso social de suas identidades e, com base nessas experiências, interpretadas de maneira autônoma, mobilizam-se (ou não) articulando-se com quem tenham em comum não apenas características adscritas, mas também interpretações da própria singularidade.

As experiências sobre as quais lançamos luz até aqui evidenciam que na origem da polarização contemporânea encontra-se um descontentamento compartilhado pelos entrevistados de ambos os movimentos: o

---

<sup>17</sup> Economista e colonista em diversos veículos da imprensa brasileira, entre os quais a revista *Veja* e os jornais *Valor Econômico* e *O Globo*. Autor dos livros *Privatize Já!* e *Esquerda Caviar*. Membro-fundador do Instituto Millenium e presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> Jornalista declaradamente conservador e crítico feroz do PT, emergiu nos últimos anos como uma das vozes mais críticas às ilegalidades cometidas pela Operação Lava Jato em nome do combate à corrupção, posicionando-se como defensor intransigente do respeito à Constituição.

distanciamento do sistema político-partidário em relação à base social. No caso do MPL, tal descontentamento manifesta-se, sobretudo, no que se refere à hierarquização e artificialidade das discussões conduzidas por uma elite partidária incapaz de enxergar as verdadeiras demandas sociais sem instrumentalizá-las; no caso do MBL, esse mesmo diagnóstico articula-se à percepção de uma sub-representação dos ideais da direita na esfera pública nacional.

Tais insatisfações desembocam em projetos políticos completamente diferentes, movidos por valores díspares, como podemos verificar com base na interpretação dos entrevistados a respeito das manifestações de junho de 2013 e das manifestações pelo impeachment entre 2015 e 2016. Aqui, a dimensão da experiência social que mais vem à tona é a estratégica (DUBET, 1994).

### De junho ao impeachment: estratégia

Amanda (MPL-SP), 21, milita oficialmente no Passe Livre desde 2015, mas acompanha o trabalho do movimento desde a adolescência, quando integrantes fizeram uma atividade em sua escola. Em 2013, ela foi às ruas da capital paulista para lutar contra o aumento de 20 centavos no transporte público.

O que me chamou a atenção foi o fato de falar de uma questão básica, de uma questão do dia a dia da vida das pessoas. E acho que também pelo fato do transporte ser tão central assim. Isso revelou pra mim uma coisa que a gente não para pra pensar quando a gente usa, só quando a gente vai pra escola, vai pro trabalho de transporte público, que é isso, de que, se o transporte não é público, nenhum serviço é público. Isso é muito chocante, assim. (Amanda, MPL-SP, 21, videochamada, agosto 2018)

Assim como Amanda, Priscila (MPL-SP), 24, conheceu o MPL na adolescência, quando participava de um grêmio estudantil, esteve nas manifestações de junho de 2013 e passou a integrar o movimento oficialmente



em 2016. Também para ela, 2013 foi um momento histórico a ser valorizado, apesar dos desdobramentos posteriores, nem sempre positivos do seu ponto de vista.

Eu não tô aqui diminuindo todas as questões complicadas que existem daquelas manifestações de direita, de extrema direita que apareceram, né? Só que eu acho que acima de tudo a gente não pode deslegitimar a luta porque existiu um aparecimento da direita. Enfim, acho que sempre que existe um avanço de lutas e de pautas de movimentos sociais, pautas identificadas à esquerda, identificadas a um campo mais progressista, vão existir reações. E a gente precisa discutir isso, a gente precisa olhar pra isso. Mas acho que a gente não pode considerar que junho de 2013 no fim das contas deu errado ou no fim das contas foi ruim porque trouxe essas pessoas à rua também. Acho que não. [...] Foi uma grande redistribuição de renda, a queda do aumento da passagem, foi maior do que um ano de bolsa família quando a gente faz as contas. Então acho que isso em si já é um dado fundamental. Além do que trouxe todo um acúmulo político que eu acho que a gente consegue ver em várias manifestações que vieram desde então. (Priscila, MPL-SP, 24, videochamada, set. 2018)

Roberto (MBL-SP), 43 anos, por outro lado, afirma que as manifestações de junho de 2013 não o representavam. Formado em um curso de exatas de uma universidade pública, ele afirma ter se decepcionado com a corrupção testemunhada nos tempos de movimento estudantil, quando chegou a fazer campanha para Lula em 1994. Após 17 anos afastado de qualquer militância, voltou a engajar-se em 2015, quando conheceu o MBL. Imbuído das ideias de autores como Mises e Rothbard<sup>19</sup>, que ele lamenta não ter conhecido na universidade por conta da “supressão da pluralidade” por parte de

---

<sup>19</sup> Murray N. Rothbard (1926-1995) foi um economista norte-americano, discípulo de Ludwig von Mises, cujos seminários frequentou, e um dos principais nomes do libertarianismo.

professores majoritariamente de esquerda, Roberto justifica sua ausência nas manifestações de junho de 2013 pelo fato de que “não há almoço grátis”.

No final, quem vai pagar? É a própria população mais pobre, que é quem mais paga imposto proporcionalmente. Então é um tipo de pauta que eu acho que não é razoável. O que poderia se pensar, talvez, e aí talvez eles tinham razão na essência, mas não na forma, é como eu faço pra reduzir o peso e melhorar a qualidade do transporte público. O transporte pesa muito na renda das pessoas mais pobres e a qualidade é péssima. (Roberto, 43, MBL-SP, novembro 2019)

Quando o assunto são as manifestações pelo impeachment a partir de 2015, por outro lado, a avaliação dos membros do MBL entrevistados é positiva. Para Juliana (MBL-SP), 30, as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff representam um marco não apenas político, mas pessoal. Após ter despertado para a política com as manifestações de junho de 2013, das quais não participou por ter um bebê recém-nascido à época, iniciou sozinha um processo de formação cidadã que culminou com a adesão ao MBL e a ida às ruas em 2015:

É engraçado falar sobre isso porque não foi só o aspecto político. Mudou toda a minha vida, a relação com a minha família, com amigos, mudei como pessoa, creio eu que pra melhor, me tornei mais consciente, mais responsável com algumas coisas. Algumas coisas que eu achava que não eram importantes hoje eu já vejo que, sim, tem que brigar, tem que estar presente, tem que estar atento. Então eu acho que esse período foi uma transição de maturidade, pra eu entender como eu posso contribuir para o meu país, independentemente do lugar em que eu esteja, se eu estou no meu trabalho, no MBL, na rua. Aquelas manifestações me fizeram perceber que não precisa estar lá no plenário falando, não precisa estar num cargo de responsabilidade. Seu papel como indivíduo faz muita diferença na sociedade. E isso

através do MBL eu percebi. Até me emociono. (Juliana, 30, MBL-SP, novembro 2019)

Os membros do Passe Livre entrevistados, por outro lado, consideram as manifestações pelo impeachment ao mesmo tempo uma reação da direita e um sintoma da desmobilização e engessamento da esquerda institucionalizada. Nas palavras de Larissa (MPL-SP), 29:

Se o PT tivesse tido um governo mais radicalizado, acho que certamente teria muito mais apoio na rua. Os atos pró-Dilma não estavam tão cheios quanto eu esperava que estivessem. Eu passei [pelos atos] de longe... Mas é isso, você tá fazendo um ato contra o impeachment e vem o Lula falar. Porque o PT não admite que as pessoas de esquerda não sejam lulistas, não sejam petistas, o PT não admite isso. E se o PT admitisse isso e buscasse se colocar como sujeito numa aliança mais ampla e não como dono da aliança ou como a única opção possível, eu acho que teria muito mais apoio. (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, set. 2018)

MPL e MBL foram protagonistas de momentos diferentes do ciclo de protestos iniciado em 2013, e seus membros o interpretaram de maneira distinta. Como procuramos evidenciar, predominam discursos que deixam transparecer a dimensão estratégica da experiência social, seja no que se refere à melhor maneira de destinar recursos escassos (subsidiar a passagem ou não? Intervir ou não na economia?), seja no posicionamento quanto aos principais fatos políticos deflagrados desde junho de 2013.

Membros do MPL se autoproclamam defensores da ampliação de direitos e da redução das desigualdades, luta que compartilham com uma esquerda que, para eles, se perdeu na medida em que se institucionalizou, distanciando-se da população, abrindo, dessa forma, espaço para a emergência de uma direita reacionária. Os membros do MBL, por sua vez, apresentam-se como porta-vozes de ideais conservadores e/ou liberais sufocados pela hegemonia de uma esquerda distanciada do povo e

mergulhada na corrupção, da qual, para eles, o MPL não se distingue, por compartilhar dos mesmos métodos e objetivos.

As falas também revelam uma articulação entre as dimensões estratégica e subjetiva da experiência social, na medida em que as distintas trajetórias pessoais estão intimamente relacionadas com as convicções e escolhas dos entrevistados. Todos acreditam agir em prol do país, ou seja, do “bem comum”. As divergências se dão quanto às interpretações da realidade e aos princípios e métodos escolhidos para tentar transformá-la, o que não raro os posiciona em polos opostos, como veremos na próxima seção.

### Nós e eles: integração social e antagonismos

Ao solicitar que os entrevistados discorressem não apenas sobre momentos-chave da política nacional desde 2013, mas também sobre atores e movimentos de cujos princípios e métodos divergem substancialmente (ainda que sobre um pano de fundo comum constituído, como vimos, pelo individualismo moral e pela concepção de direitos humanos que caracterizam a modernidade), tornou-se possível perceber algumas nuances das dinâmicas de polarização.

Como evidencia Dubet, assim como a identidade individual é um “trabalho” e não um “ser”, a integração social é um processo dinâmico em que indivíduos são condicionados pelo contexto em que estão inseridos, ao mesmo tempo em que, pela sua subjetivação, o condicionam.

Assim, se por um lado a inserção dos atores em movimentos sociais antagônicos os leva a reproduzir certos discursos típicos da guerra ideológica travada nas redes sociais – “a direita é preconceituosa, reacionária, antipobre”, “a esquerda é corrupta e autoritária” – por outro, a singularidade de suas experiências produz diferentes posturas quanto a seus adversários, variando entre a indiferença, a desqualificação/negação e o respeito discordante.

Além disso, ao convidar os entrevistados a refletirem sobre a contribuição de seus adversários para a democracia, o que se questiona, no fundo, é seu grau de adesão à tolerância implícita ao projeto político normativo da modernidade, no qual o processo de constituição de solidariedade social e integração se dá, idealmente, no interior de Estados-nação republicanos/democráticos<sup>20</sup>, constituídos por meio de um aparato burocrático cuja principal finalidade é proporcionar, pelo exercício legalmente regulado do poder político, condições de existência a todos os indivíduos, sem distinções.

Ao falar do MBL, alguns membros do Passe Livre enfatizam a indignação com o que consideram uma espécie de plágio do nome do movimento “Fico pensando onde é que esse cara esqueceu a dignidade dele, porque não tem nada de autenticidade. [...] A gente vai preso, apanha, e os caras quiseram construir o nome do movimento. [Quando eu soube] fiquei dois dias sem levantar da cama”, afirma Larissa. Para ela, o MBL faz parte de uma onda de movimentos de direita ligada à falta de consciência política:

Quem mandou você colocar as pessoas na classe média sem consciência política? Porque dá nisso. E eu vejo pela minha família. A minha família no governo FHC com muitas dificuldades financeiras, depois dessa gestão do PT os caras estão numa condição de vida muito melhor, e acham que é por mérito pessoal. (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, set. 2018)

Priscila (MPL-SP), 24, enfatiza a diferença entre os projetos políticos defendidos pelos dois movimentos, evidenciando que os repertórios de ação inovadores trazidos pelo Movimento Passe Livre foram apropriados para outras finalidades:

---

<sup>20</sup> Não se ignoram aqui os totalitarismos e ditaduras que emergiram desde o século XX e que continuam à espreita.



Acho que a frustração com os partidos e com essas formas tradicionais de organização é uma coisa que já permeava as discussões políticas no Brasil e acho que talvez até essa nova forma de grupos de direita se organizarem e se identificarem e se mostrarem em público acho que também tem a ver com isso, tem a ver meio que com essa repaginação porque de fato essas pessoas querem outras coisas. (Priscila, MPL-SP, 24, videochamada, set. 2018)

Membros do MBL, por outro lado, questionam a luta pelo passe livre por considerar seus fundamentos anacrônicos, como afirma João (MBL-RJ), 33:

Eu escuto muito isso da esquerda: a gente precisa de um modelo nosso de Brasil, a gente precisa criar a nossa... cara eu não vou arriscar 210 milhões de brasileiros num modelo que já se mostrou fracassado em Cuba, Venezuela, é muito clichê o que eu to falando, Coreia do Norte e tal, mas é o que muita gente prega. Você vê PCdoB apoiando Coreia do Norte, você vê PSOL recentemente apoiava, não sei se apoia até hoje, mas apoiou a ditadura de Maduro e tal. [...] Eles acreditam como método certas coisas que o MBL não vai pregar: violência, força, revolução, falam muito no termo revolução. Se essa revolução chegar, como vai ser? Vai botar gente em campo de concentração, vai metralhar as pessoas? (João, MBL-RJ, 33, videochamada, ago. 2018)

Nos discursos selecionados é possível identificar os principais estereótipos e frames (SNOW; BENFORD, 1992; TARROW, 1992) alimentados no processo de integração social dos grupos, tanto na sua relação com um adversário específico (o MPL ou o MBL) quanto frente ao lado oposto do espectro político. Nas falas a seguir, em que os entrevistados discorrem sobre a contribuição de seus adversários à democracia, constatam-se variações no nível de tolerância a essa diversidade ideológica.

Joaquim (MBL-SP), 22, considera o MPL muito radical, mas acredita que a esquerda tenha um papel importante, embora a considere intolerante:

Na verdade, acho que a esquerda ela é essencial para que nós tenhamos uma democracia saudável, não é? Eu acho que o que faltou ao longo desse tempo na verdade foi a direita. A esquerda sempre esteve presente, muito presente. [...] Mas eu acho que a qualidade da nossa esquerda, da maioria da esquerda que nós temos hoje ela é muito ruim. É uma esquerda muito radical, pouco aberta ao diálogo, e acho que nesse sentido prejudicial à democracia e prejudicial ao país. Não que nós não tenhamos surgindo agora uma direita também radical, pouco afeita ao diálogo e prejudicial ao país. Mas acho que essa esquerda já está aí há muito tempo e nesse sentido nós precisamos de renovação. Mas ter os dois lados equilibrados é essencial para um país decente. (Joaquim, MBL-SP, 22, ago. 2018)

Egídio (MPL-SP), 43, por sua vez, não vê contribuição alguma:

Eu acho que a contribuição da direita pra democracia é zero. Zero. Porque é uma falsa democracia, uma democracia baseada na força e no Capital não é democracia, isso não é justiça em sociedade nenhuma. [...] Eu tenho uma coisa muito clara pra mim, assim, que eu aprendi com o Plínio de Arruda Sampaio, assim, que era uma pessoa que a gente pode considerar rico. Ele falava: não há acordo com a burguesia, não há nada de democrático em você fazer um acordo com a burguesia, você vai sair perdendo. [...]. Porque sem revolução, sob o aspecto da democracia, sob a asa da festa da democracia que são as eleições, eles não me querem vivo, eles estão massacrando o povo pobre na periferia todos os dias. Então eu não tenho nenhum acordo com isso. É uma posição pessoal minha. Não estou dizendo que o MPL é assim ou que qualquer outra coisa que eu tenha participado seja assim. A minha posição pessoal é essa. (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, set. 2018)

Roberto (MBL-SP), 43, por outro lado, considera difícil encontrar boas contribuições vindas da esquerda do espectro político:

Olha, ultimamente, de 1997 pra cá, estou bem frustrado com a esquerda. Apesar de que de certa forma eu ter sido parte daquilo lá, [...] eu tenho poucas referências boas, acho que dá pra contar numa mão as referências boas da esquerda. Por exemplo, o Gabeira, que é um cara que eu gosto pra caramba, é um cara que eu não concordo com ele, mas tem consistência, tem um pensamento crítico, eu gosto bastante. É uma das minhas referências, apesar de ser um cara de esquerda. Na esquerda tem um grupo muito grande que tem um viés autoritário. Existe na direita também mas proporcionalmente é muito menor. Quando você fala com gente que tem viés autoritário é difícil dialogar, porque o cara quer só a visão dele de mundo. (Roberto, 43, MBL-SP, nov. 2019)

Antônio, 33, companheiro de Roberto no MBL-SP, pensa diferente. Para ele, “a esquerda é importante para apresentar os problemas que cada cidadão vive, assim como a direita é. A questão é como a gente vai sentar e conversar pra ver qual é a melhor solução” (Antônio, 33, MBL-SP, novembro 2019).

Lívia (MBL-SP), 22, compartilha dessa percepção. Ela aderiu ao MBL apenas em 2018, mas seu interesse por política remonta aos tempos de grêmios estudantil do ensino médio. Na universidade pública em que estuda, após participar da Atlética e do Centro Acadêmico, com cujas ideias não se identificou, acabou conhecendo o movimento liberal no qual hoje milita. A diversidade com que convive na universidade a leva a valorizar o papel da esquerda no jogo político democrático:

Tem a esquerda extremista? Claro que tem... mas eu estou falando da esquerda moderada: Tábata Amaral. A Tábata é uma pessoa que eu admiro não só como mulher. Ela se identifica como de esquerda, mas ela é ponderada. Ela analisa o que ela vai votar, sabe? E é assim que tem que ser. A gente não pode apoiar cegamente algo, a gente tem que ponderar e ela pondera com as coisas que ela acredita. (Lívia, 22, MBL-SP, nov. 2019)

Os trechos destacados evidenciam que a postura dos entrevistados diante de adversários não se restringe à polarização maniqueísta típica das redes sociais digitais pós-2013. Em algumas falas, o outro de fato aparece como uma negação do eu, como um entrave para a realização de seus respectivos ideais e projetos políticos. Mas em todas elas há também, em menor ou maior grau, certas nuances, perplexidades, ponderações e até verdadeira abertura, como revelam as palavras de Lívia.

Finalmente, questionamos os entrevistados quanto à polarização extrema. Por um lado, ela é vista como resultado natural das grandes diferenças ideológicas que separam os dois movimentos, bem como a esquerda e a direita em geral, questão em que a dimensão estratégica dos discursos volta a emergir; por outro, a inviabilização do diálogo, causada pela radicalização dos discursos polarizados, é vista com certa preocupação, tendo em vista a integração social em sentido lato. Curiosamente, ao fazer essa problematização, alguns entrevistados partem para uma autocrítica, enquanto outros a atribuem apenas à postura inadequada de seus adversários (o que apenas reafirma a lógica da polarização).

## Considerações finais

Considerar os movimentos sociais um incessante “trabalho”, realizado pela articulação das dimensões da integração, da estratégia e da subjetivação que caracterizam a experiência social, possibilitou-nos evidenciar que os movimentos sociais não interpretam de maneira unívoca o projeto normativo democrático da modernidade. Sua simples existência atesta as inevitáveis contradições inerentes à implementação desse projeto. Seja eles de esquerda ou direita, os movimentos sociais contemporâneos são frutos do aprofundamento do processo de individuação/subjetivação tipicamente moderno.

O militante do MPL condiciona a construção de uma sociedade efetivamente democrática ao livre e igualitário acesso à cidade, bem como à

horizontalidade das relações que busca prefigurar; o ativista do MBL aposta na liberalização da economia e na redução da interferência do Estado, cuja atuação deveria se limitar à garantia de condições mínimas para a competição meritocrática.


Trata-se de perspectivas efetivamente muito diferentes, mas que não necessariamente se excluem mutuamente. Se nas disputas narrativas travadas na esfera pública o discurso militante prima por uma assertividade avessa a compromissos – não raro recorrendo à lógica da polarização severa – na interlocução pessoal emergem ponderações, nuances e o reconhecimento de que outros pontos de vista a respeito de questões polêmicas têm sua razão de ser, ainda que não se concorde com eles.

Aqui, mais uma vez, fica evidente que a experiência social é irredutível a apenas uma de suas dimensões. Pertencer a determinado movimento social não faz dos atores reprodutores cegos da narrativa proveniente do grupo ao qual decidiram se integrar. Também não torna suas ações resultado do mero cálculo num campo político extremamente disputado. Por meio do processo de subjetivação, os atores dão sentido aos seus pertencimentos, que são múltiplos, e refletem criticamente sobre eles.

A estratégia metodológica baseada na reflexividade dos atores foi fundamental para ir além da superfície que a polarização severa não permite ultrapassar. Ao dialogar sobre nossos pressupostos com eles, pudemos perceber que a adesão à normatividade democrática não é monopólio de um grupo, assim como o autoritarismo não se restringe a apenas um lado do espectro político. No interior de cada movimento, há atores mais ou menos abertos à diversidade ideológica. Mas foram raros, dentre os nossos entrevistados, os que afirmaram ver no antagonismo radical um caminho a ser trilhado.

Por trás de posições supostamente irreconciliáveis há pontos comuns, a começar pelo anseio de realizar o direito à autodeterminação e à participação

no processo de produção da sociedade por ela mesma. Os conflitos a respeito de como realizar essa empreitada são inevitáveis. Mas o processo de subjetivação que fundamenta esses e os demais direitos humanos pressupõe o pleno reconhecimento de toda forma de alteridade.

 10.17771/PUCRio.DDCIS.64206

## Referências

- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. 2015. “June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government’s response to protest”. *Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests, ESA Research Network on Social Movements, Midterm Conference*. Universidad Complutense de Madrid, Espanha, 19-20 fev.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. 2016. “Changing repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests”. *Bulletin of Latin American Research. Society for Latin American Studies*. John Wiley & Sons Ltd: Oxford.
- ALONSO, A. 2017. “A política das ruas”. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. Especial, p. 49-58.
- AMARAL, M. 2015. “A nova roupa da direita”. *Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, Reportagem*, 23 jun. 2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita>. Acesso em: 04 ago. 2020.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. 2015. “Les mobilisations de 2013 au Brésil: vers une reconfiguration de la contestation”. *Brésil(s) sciences humaines e sociales*, v. 7, p. 7-18.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. 2019. “June 2013, Five Years Later: Polarization, Reconfiguration of Activism, and Challenges for the Brazilian Left”. In: MIGUEL, L. F.; PUZONE, V. (Org.). *Marx, Engels, and Marxisms*, 1. ed. New York: Springer International Publishing. p. 237-257.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. 2015b. “Junho de 2013? Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. *Nueva Sociedad*, v. 259, p. 4-17, 2015.

- BRINGEL, B. 2013. “Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”. In: *Insight Inteligência*, jul./set., 2013.
- BRINGEL, B. 2017. “Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016”. In: Bringel B.; Pleyers, G. *Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO/Río de Janeiro: FAPERJ, dez. 2017.
- CASTELLS, M. 2015. *Networks of outrage and hope: social movements in the internet age*. 2. ed. Malden: Polity Press.
- DUBET, François. 1994. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DUBET, François. 2017. *L'expérience sociologique*. Paris: La Découverte.
- FASSA EVANGELISTA, Daniel. 2020. *Polarização e movimentos sociais contemporâneos no Brasil e na França*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GOHN, M. G. 2013. *Sociologia dos Movimentos Sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- GOHN, M. G. 2014. “A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais”. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, maio/ago. 2014.
- GOHN, M. G. 2016. “Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena”. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.
- GOHN, M. G. M. 2017. “Protestos nas Ruas de São Paulo: de Junho de 2013 ao Pós Impeachment de 2016 – correntes e contracorrentes”. In: *41 Encontro da ANPOCS*, 2017, Caxambu. Anais (online) do 41 Encontro da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS.



- GOHN, M. G. 2018. “Marcos referenciais teóricos que têm dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil – 1970-2018”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 14, set./dez. 2018.
- KATAGUIRI, K.; SANTOS, R. 2019. *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: a origem*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- MARTINS, J. S. 2013. “O artesanato intelectual na sociologia”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2013.
- MARTÍN, M. 2014. “Cerca de 3.000 pessoas radicalizam o discurso da direita em São Paulo”. *El País*, Política, 01 nov. 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/politica/1414876155\\_114327.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/politica/1414876155_114327.html). Acesso em: 04 ago. 2020.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. 1977. “Resource mobilization and social movements: a partial theory”. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, 1977.
- MCCOY, J. RAHMAN, T. SOMER, M. 2018. “Polarization and the global crisis of democracy: common polities”. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018.
- MELUCCI, A. 1988. “Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements”. *International Social Movements Research*, v. 1, p. 329-348.
- MELUCCI, A. 1985. “The Symbolic Challenge of Contemporary Movements”. *Social Research*, v. 52, p. 789-815, 1985.
- MELUCCI, Alberto. 1989. “Um objetivo para os movimentos sociais?” *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.
- MILLS, C. W. 2000. *The Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press.

- OFFE, C. 1985. “New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics”. *Social Research*, v. 52, p. 817-868, 1985.
- ORTELLADO, P.; MORETTO, M. 2018. “O que são e como lidar com notícias falsas”. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, n. 27, 2018.
- PLEYERS, G. 2018. *Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. Buenos Aires: Clacso.
- PLEYERS, G. 2020. “Pensar los actores conservadores y capitalistas como movimientos Sociales”. *Revista de Estudios Sociales* [online], n. 67 p. 116-123, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/29887>. Acesso em: 04 ago. 2020.
- ROCHA, C. 2018. *Menos Marx, mais Mises: uma gênese da direita brasileira (2006-2018)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php>. Acesso em: 04 ago. 2020.
- SNOW, D.; BENFORD, R. 1992. “Master Frames and Cycles of Protest. In: A. Morris, C. M. Mueller”. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- TARROW, S. 1992. “Mentalities, Political Cultures, and Collective Action Frames: Constructing Meanings through Action”. In: Morris, A.; Mueller, C. M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press.
- TARROW, S. 2011. *Power in movement: social movements and contentious politics*. 3. ed. New York: Cambridge University Press.
- TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. 2019. “Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)”. *Opinião Pública*, v. 25, p. 63-96, 2019.

- TATAGIBA, L. 2014. “1984, 1992, 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil”. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, set./dez. 2014.
- TATAGIBA, Luciana. 2017. “Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)”. *Sinais Sociais*, Sesc, Rio de Janeiro, v.II n. 33, p.1-212, jan./abr. 2017.
- TAYLOR, C. 2005. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. 2. ed. São Paulo: Loyola.
- TILLY, C. 1978. *From mobilization to revolution*. Londres: McGraw Hill.
- TOURAINÉ, Alain. 1977. *The self-production of society*. Chicago; London: University of Chicago Press.
- TOURAINÉ, A. 1985. “An introduction to the study of social movements”. In: *Social Research*, 52, p. 749-787.
- TOURAINÉ, A. 1989. “Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos”. *Lua Nova*, n. 17, Junho, p. 5-18, 1989.